



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0010810-68.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falso testemunho ou falsa perícia**
 Documento de Origem: **IP, REPR - 115/2012 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 149/2012 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Waldir Monteiro Pinho e outro**

Aos 18 de maio de 2015, às 15:40h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Walter Luiz Monteiro Pinho. Ausente o réu Waldir Monteiro Pinho. Presente o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu Walter. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**“MM. Juiz: WALDIR MONTEIRO PINHO, qualificado a fls.71, com foto a fls.36/37, e WALTER LUIZ MONTEIRO PINHO, qualificado a fls.66, previamente ajustados e agindo com unidade de conduta, fizeram afirmações falsas, na qualidade de testemunhas em processo judicial, com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal. A ação é improcedente por insuficiência de provas. A prova produzida em juízo é conflitante. De um lado a versão do réu e de outro a versão da mãe e do irmão do réu Maurício, condenado por roubo na 1ª Vara Criminal. Além do que, conforme fls.09, o MM. Juiz daquela audiência também não verificou que as testemunhas ouvidas em juízo tivessem mentido, conforme fls.09/10. A sentença proferida foi condenatória (fls.81/85) e as alegações dadas pelos réus não influenciaram o resultado do processo criminal por roubo. Também na sentença do roubo (fls.81/85), o MM. Juiz não fez nenhuma referência à prática de eventual falso testemunho. Assim, por falta de provas, requeiro a absolvição. **Dada a palavra à DEFESA:**“MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição por falta de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“VISTOS. WALDIR MONTEIRO PINHO, qualificado a fls.71, com foto a fls.36/37, e WALTER LUIZ MONTEIRO PINHO, qualificado a fls.66, previamente ajustados e agindo com unidade de conduta, fizeram afirmações falsas, na qualidade de testemunhas em processo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

judicial, com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal. Recebida a denúncia (fls.88), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.112). Em instrução foram ouvidas duas testemunhas comuns e o réu Walter, sendo o réu declarado revel. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “a ação é improcedente por insuficiência de provas. A prova produzida em juízo é conflitante. De um lado a versão do réu e de outro a versão da mãe e do irmão do réu Maurício, condenado por roubo na 1ª Vara Criminal. Além do que, conforme fls.09, o MM. Juiz daquela audiência também não verificou que as testemunhas ouvidas em juízo tivessem mentido, conforme fls.09/10. A sentença proferida foi condenatória (fls.81/85) e as alegações dadas pelos réus não influenciaram o resultado do processo criminal por roubo. Também na sentença do roubo (fls.81/85), o MM. Juiz não fez nenhuma referência à prática de eventual falso testemunho. Assim, por falta de provas, requeiro a absolvição”. De fato, não há segurança para afirmar que os réus tenham mentido. A mãe deles é falecida e a mãe de Maurício, condenado por roubo, isoladamente, não comprova a mentira dos réus com segurança, sendo a divergência sequer foi bastante para alterar o rumo da sentença condenatória de Maurício (fls.84/85), nem o juiz daquela causa conseguiu constatar falso testemunho (fls.07). Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Waldir Monteiro Pinho e Walter Luiz Monteiro Pinho com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: